

As Fronteiras da Europa – A Europa no Mundo

Maria João Pinto

ACEP

As Fronteiras da Europa – a Europa no Mundo é um projecto da ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos, realizado com o apoio financeiro da Representação da CE em Portugal. Incluiu um ciclo de três debates, articulados com uma exposição fotográfica – “A partilha do Indivisível” – realizada a partir do trabalho de organizações cabo-verdianas, em pequenos projectos, muitos deles apoiados pela Cooperação Europeia. Será realizada uma publicação final, de distribuição alargada, com uma síntese dos contributos recolhidos. O objectivo geral do projecto é promover, de forma descentralizada, a reflexão e elaboração de propostas sobre políticas da UE, que possam contribuir para a construção de uma Europa mais solidária e inclusiva, cruzando um conjunto diversificado de olhares. Os debates permitiram a participação de pessoas e organizações de áreas mais periféricas e dar uma visibilidade maior às suas actividades. Foram realizados em pareceria com instituições de diferentes naturezas e latitudes, para permitir abordagens transversais e de criarem espaços de diálogo entre actores – incluindo um olhar exterior de africanos, de regiões onde se faz sentir o impacto de políticas europeias. Contaram com a participação de investigadores, deputados, jornalistas, técnicos de cooperação descentralizada, responsáveis de ONGD, entre outros.

O primeiro debate A Europa no mundo – política externa e cooperação para o desenvolvimento realizou-se na Universidade do Minho e centrou-se nas relações entre a UE e o Continente Africano. Os participantes questionaram as contradições de um modelo de relacionamento, onde se cruzam as consequências de instrumentos diversos a que falta um sentido de coerência, como são os exemplos o Acordo de Cotonou, em paralelo com a Política Agrícola Comum. Para os animadores e participantes do debate surgiu a necessidade de encarar algumas constatações e não adiar o debate sobre novas abordagens aos actuais desafios do desenvolvimento e da cooperação. Por exemplo:

O facto de o actual modelo de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) não servir os objectivos de desenvolvimento da África;

A contradição entre os objectivos de promoção da democracia e do desenvolvimento e o actual nível de envolvimento dos actores não-governamentais;

Um modelo de intervenção das ONG europeias relativamente ultrapassado, que não se questiona suficientemente, face a uma sociedade civil africana com um alto nível de competências;

A consciência cada vez mais clara que África se desenvolverá com mais investimentos produtivos, particularmente concebidos e dirigidos para o meio rural;

Que a segurança alimentar africana depende não só dos africanos nem das políticas de apoio, mas também da incoerência de políticas da UE, em teoria internas, como é o caso da PAC, mas com grande impacto negativo no potencial rural africano;

Que a cooperação para o desenvolvimento não pode continuar a ser um remédio para os impactos negativos de outras políticas europeias.

Em remate, o realce dado à constatação de que a desestruturação africana, afectando em primeiro lugar os africanos, afecta hoje e cada vez mais a própria Europa, de que África é a nova fronteira.

O segundo debate, realizado em parceria com a Câmara Municipal de Odivelas, no quadro do “Festival Rotas, Gentes, Culturas e Comunidades”, sob o tema Cooperação descentralizada, parcerias e territórios locais envolveu Associações de Desenvolvimento Local, ONGD, Municípios e Centros de Investigação. Deste debate saíram as seguintes reflexões:

A política de cooperação para o desenvolvimento inclui hoje um conjunto de organizações bastante diversificado, nomeadamente os de natureza descentralizada. Os instrumentos de cooperação para o desenvolvimento têm permitido a criação de um conjunto de laços e também de uma dinâmica de constituição de espaços de intercâmbio, aprendizagem e solidariedade entre territórios. As instituições referidas têm vindo a assumir um maior protagonismo, que se prevê que continue a acentuar, até de acordo com os últimos documentos de estratégia da UE;

A cooperação descentralizada (CD) está associada ao processo de democratização e participação nos países do Sul. Neste sentido, falar de Cooperação Descentralizada significa também falar de descentralização e da construção de poder local. Significa também uma associação aos conceitos e processos de Desenvolvimento Local, mobilizadores das comunidades locais para o desenvolvimento, para a participação e para a inclusão social;

Verifica-se a ausência de uma política e orientação estratégica em relação à cooperação descentralizada em Portugal. Para a construção dessa visão terá um papel importante a avaliação dos processos e resultados obtidos pela Cooperação Descentralizada, avaliação que terá que ser especificamente concebida para esta forma de cooperação. Um primeiro passo será a promoção de uma cultura de registo escrito da experiência, de forma a construir memória e instrumentos e de reflexão entre actores e sectores.

O terceiro debate, As políticas de migração e desenvolvimento, decorreu em Setúbal, tendo em conta as dinâmicas locais de associativismo dos imigrantes de diversas proveniências e realizou-se em parceria com o Centro Cultural Africano e com o Museu do Trabalho. Os principais protagonistas do debate foram assim imigrantes – em particular mulheres - que vêm animado os processos associativos com preocupações diversas, da inclusão à preservação da identidade, ou à realização de direitos humanos, incluído o trabalho digno. Participaram também investigadores, legisladores, responsáveis do poder local e de ONGs, entre outros. Alguns tópicos do debate:

A migração é, antes de tudo, um fenómeno humano, é uma constante na humanidade. O desafio cívico aos países de acolhimento é entender esta ideia e continuar a busca com vista a minimizar os efeitos negativos das migrações quando eles existem;

As migrações são um factor de enriquecimento mútuo. A principal motivação de migração da parte dos países em desenvolvimento é económica e fruto de uma decisão individual/familiar. Assim sendo, não é aceitável que se coloque sobre os imigrantes um duplo fardo, de obrigatoriedade de contribuição para o desenvolvimento dos países de origem;

A integração não é meramente um processo burocrático – dar documentos não é o mesmo que dar oportunidades. A integração passa por criação de oportunidades que derivam por exemplo do acesso à educação, formação profissional, trabalho digno, a segurança social, etc;

A integração não pode ter obrigatoriamente como sinónimo a diluição. Cabe às associações de imigrantes um papel importante na articulação da busca da integração no país de acolhimento/ ligação aos países de origem, na manutenção dos elementos culturais fundamentais (preservação da língua, etc.) e na sua difusão junto da sociedade, até como forma de desmontar imagens estereotipadas, assentes no desconhecimento e no preconceito;

Existe actualmente um entendimento claro sobre a necessidade de haver mais liberdade de circulação de pessoas e bens, mas constata-se que o processo de liberalização se vem aplicando mais à circulação de bens e produtos. Correr-se-á um risco grande de hipocrisia se se definir como política de migração o favorecimento de migração qualificada do Sul para Norte, restringindo o acesso dos imigrantes não qualificados.